

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.

CNPJ: 01.522.368/0001-82

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	4
BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023	7
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	9
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	10
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	11
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	
Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023	13



Submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") com os respectivos Relatórios da Administração, dos Auditores Independentes e do seu Comitê de Auditoria, relativos ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Negócios

As operações do Banco concentraram-se na oferta de soluções às necessidades dos clientes corporativos e institucionais por meio da sua plataforma de CIB (*Corporate & Institutional Banking*) colocando, para tanto, à disposição a estrutura do Grupo BNP Paribas no Brasil e no exterior. O Banco mantém também o controle do capital da BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., uma das maiores gestoras de recursos de terceiros do país.

Gestão de Pessoas

O Banco tem como parte de sua missão construir um ambiente cada vez mais diverso e inclusivo, bem como promover igualdade de oportunidades e desenvolvimento contínuo para suas pessoas colaboradoras. Neste contexto, mantém programas de estímulo à formação e aprimoramento profissional no aprendizado de idiomas e reembolsos educacionais; subsídio à pós-graduação, mestrado e doutorado; obtenção de certificações, programas de formação de liderança; *Graduates* (programa de trainees para recém-formados); programas de mentoria para populações subrepresentadas, oferta de vagas afirmativas de estágio para estudantes pretos e pardos e de emprego para pessoas com deficiência; e, patrocínio do *DnA Women*, programa de formação profissional focado na entrada de mulheres no mercado financeiro, realizada em conjunto com outros bancos internacionais, que completou em 2024 sua sexta edição.

Desempenho Econômico-Financeiro

O Banco atua no Brasil com uma plataforma diversificada de produtos e serviços voltada ao atendimento de clientes corporativos e institucionais. Esse modelo diversificado e capacidade de execução permitiu ao Banco apoiar sua base de clientes com a contínua oferta de crédito, a prestação de serviços especializados, como cash management, administração de recursos de terceiros e custódia, *advisory* em fusões e aquisições, apoio ao comércio exterior, acesso a mercados internacionais, produtos de tesouraria e gestão de riscos. O Banco BNP Paribas Brasil S.A. encerrou o exercício de 2024 com prejuízo líquido de R\$79 milhões versus lucro líquido de R\$ 59 milhões no exercício de 2023, redução essa causada pelos efeitos da incorporação do Banco Cetelem, em 1 de agosto de 2023. As demais linhas de negócios apresentaram resultados positivos compatíveis com o plano de crescimento no país. A posição de capital do banco permanece sólida frente aos riscos da instituição, com um Índice de Basileia de 14,9%.

Finanças Sustentáveis e Compromissos Socioambientais

O Grupo BNP Paribas, reafirma seu compromisso público em promover uma economia mais sustentável e inclusiva e se destaca por uma atuação forte e pioneira em sustentabilidade. Em 2024, fomos reconhecidos, em conjunto com outras entidades do Grupo BNP Paribas na América Latina, pelo terceiro ano consecutivo, como o melhor banco da América Latina para finanças sustentáveis pelo *Euromoney Awards for Excellence*. A *Euromoney* reconheceu a liderança do Banco no desenvolvimento das finanças sustentáveis na região e destacou suas transações realizadas em setores como o de biocombustíveis e financeiro, além de uma operação de comercialização de créditos de carbono decorrentes de projetos de conservação na Amazônia. O reconhecimento de melhor banco da América Latina para finanças sustentáveis também veio da *Latin Finance* em 2024, este pelo segundo ano consecutivo. As conquistas reforçam a estratégia do Banco em oferecer produtos e serviços que promovam benefícios socioambientais e soluções de baixo carbono aos seus clientes. Além das políticas de Responsabilidade Social Corporativa, o Banco aderiu a iniciativas voluntárias, como as metas Net Zero até 2050 e os Princípios para Responsabilidade Bancária (PRB), sob coordenação da Iniciativa Financeira da Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP FI).

Ouvidoria

Os atendimentos feitos pela Ouvidoria de Clientes no período foram todos resolvidos satisfatoriamente dentro do prazo regulatório.

A Diretoria.



Aos Administradores e Acionistas do
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e de suas controladas (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Provisão para perda esperada com operações de crédito

A constituição da provisão para perdas esperadas com operações de crédito envolve julgamento e o uso de estimativas por parte da Administração do Banco. O Banco desenvolveu modelos internos para estimativa da provisão para perdas esperadas, conforme requerimentos da IFRS 9, visando gerar a expectativa das perdas com operações de crédito ao longo do tempo, englobando a avaliação dos parâmetros de PD (“Probability of Default”), LGD (“Loss Given Default”) e EAD (“Exposure at Default”). Para tanto, o Banco utiliza modelos internos considerando os históricos de dados disponíveis e pondera possíveis cenários de perdas, assim como também efetua a avaliação individual de certos clientes, com o objetivo de representar sua melhor estimativa quanto ao risco de perdas esperadas de sua carteira de operações de crédito. A provisão com perdas esperadas em operações de crédito foi considerada um principal assunto de auditoria devido à relevância dos ativos financeiros relacionados a operações de crédito, a utilização de modelos internos e ao fato de envolver julgamento e uso de premissas por parte da Administração na determinação das provisões que são constituídas.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para as operações de crédito, com envolvimento de nossos especialistas, com o objetivo de avaliar a aderência aos requerimentos da norma internacional de relatório financeiro IFRS 9; (b) avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes sobre o processo de mensuração da estimativa da provisão com perdas esperadas de operações de crédito; (c) revisão dos modelos e premissas utilizados pela Administração para a mensuração da perda esperada, com base em amostragem, com envolvimento de membros seniores da nossa equipe e dos nossos especialistas; (d) análise do nível de provisionamento de perdas das operações de crédito; e (e) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para estimar a provisão com perdas esperadas com operações de crédito são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

2. Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos

O Banco aplica modelos internos de precificação para mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos, que incluem premissas como curvas futuras de taxas de juros, de câmbio, de índices de preços, e de rendimento. A mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos foi considerada uma área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações financeiras, ao uso de julgamento da Administração e à utilização de técnicas de precificação baseadas em modelos internos que levam em consideração dados observáveis ou referenciais de mercado. Esses instrumentos financeiros derivativos são representados substancialmente por swaps, operações a termo e opções.



Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento dos processos relevantes que envolvem a mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos; (b) entendimento e análise da metodologia de marcação a mercado desenvolvida internamente pelo Banco; (c) recálculo independente, com o apoio de nossos especialistas de precificação e em base amostral, dos cálculos de mensuração do valor justo; e (d) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco para mensurar o valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 26 de março de 2024, respectivamente, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2025

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador
CRC nº 1 SP 236588/O-4



BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	5	4.136.779	4.754.903
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado			
Instrumentos de dívida	6	10.504.238	14.548.317
Derivativos	7	4.982.752	5.330.713
Operações de crédito a instituições financeiras	10	734.496	5.089
Operações de crédito a clientes	11	1.512.431	3.864.954
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos de dívida	9	5.861.718	3.973.798
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Instrumentos de dívida	6	1.297.360	1.415.498
Operações de crédito a instituições financeiras	10	478.619	313.641
Operações de crédito a clientes	11	10.808.885	8.113.975
Outros ativos financeiros	15	171.558	492.656
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	12	1.363.032	1.183.284
Ativos tributários correntes	12	52.094	36.054
Outros ativos	16	1.048.639	1.039.766
Ativo imobilizado	13	65.438	84.567
Ativo intangível	14	15.926	25.646
TOTAL DO ATIVO		<u>43.033.965</u>	<u>45.182.861</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 7



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado			
Passivos financeiros	6	9.070.418	11.404.281
Derivativos	7	4.587.478	2.756.135
Depósitos de clientes	19	368.303	493.133
Títulos de dívida emitidos	20	692.726	552.675
Obrigações por empréstimos e repasses	21	8.946.902	7.296.715
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado			
Depósitos de instituições financeiras	18	605.325	1.532.296
Depósitos de clientes	19	11.514.017	11.915.012
Títulos de dívida emitidos	20	88.212	753.354
Obrigações por empréstimos e repasses	21	1.231.413	2.268.485
Provisões			
Provisões para processos judiciais e administrativos e outras provisões	22	918.234	942.855
Provisões para perdas esperadas	22	4.025	5.538
Obrigações fiscais			
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	12	1.689	1.979
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	12	317.273	299.854
Dividendos		-	2.941
Outros passivos	23	932.527	945.896
TOTAL DO PASSIVO		39.278.542	41.171.149
Capital social		2.759.093	2.755.679
Reserva de lucros		1.089.156	1.177.887
Lucros acumulados		-	12.503
Outros resultados abrangentes acumulados		(103.302)	54.736
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores	24	3.744.947	4.000.805
Participações de acionistas não controladores		10.476	10.907
Total do patrimônio líquido		3.755.423	4.011.712
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		43.033.965	45.182.861

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 8



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	NOTA	01.01 a 31/12/2024	01.01 a 31/12/2023
Receitas de juros e similares	25	3.294.814	3.466.285
Despesas de juros e similares	25	(2.142.918)	(2.629.456)
Receita líquida de juros		1.151.896	836.829
Perdas esperadas de ativos financeiros - operações de créditos a clientes	11	25.958	(66.960)
Margem financeira após as perdas esperadas de ativos financeiros - operações de créditos a clientes		1.177.854	769.869
Receitas de serviços e comissões	26	450.017	553.708
Despesas de serviços e comissões	26	(243.553)	(155.205)
Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros	27	1.744.522	(382.133)
Resultado de variação cambial	28	(1.830.309)	522.234
Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	29	(70.460)	(83.896)
Outras receitas operacionais	30	331.479	175.174
Receita líquida/margem operacional		1.559.550	1.399.751
Despesas de pessoal	31	(717.781)	(658.174)
Depreciação e amortização	13, 14 e 32	(44.825)	(31.652)
Outras despesas operacionais	33	(968.017)	(696.730)
Lucro/(Prejuízo) líquido operacional antes de imposto de renda e contribuição social		(171.073)	13.195
Imposto de renda e contribuição social correntes	34	(6.684)	(5.907)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34	33.116	51.449
Lucro/(Prejuízo) líquido		(144.641)	58.737
Atribuível:			
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas controladores		(145.323)	57.624
Lucro/(Prejuízo) líquido atribuível aos acionistas não controladores		682	1.113

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 9



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	01.01 a 31/12/2024	01.01 a 31/12/2023
Lucro/(Prejuízo) líquido	(144.641)	58.737
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(158.038)	133.388
Variação de valor justo	(371.668)	95.740
Ganhos/(Perdas) transferidos ao resultado por alienação	84.327	146.584
Efeito fiscal	129.303	(108.936)
Outros resultados abrangentes do ano	(158.038)	133.388
Total do resultado abrangente	(302.679)	192.125
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	(303.361)	191.012
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	682	1.113

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 10



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Lucros/ (Prejuízo) acumulados	Total patrimônio líquido - acionistas controladores	Total patrimônio líquido - não controladores	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	<u>1.754.606</u>	<u>1.749.761</u>	<u>(78.408)</u>	<u>13.709</u>	<u>3.439.668</u>	<u>10.878</u>	<u>3.450.546</u>
Incorporação do Banco Cetelem S.A.	1.001.073	(491.999)	(244)	-	508.830	-	508.830
Total do resultado abrangente							
Lucro do exercício	-	-	-	57.624	57.624	1.113	58.737
Outros resultados abrangentes	-	-	133.388	-	133.388	-	133.388
Destinações:							
Reserva legal	-	2.941	-	(2.941)	-	-	-
Reserva estatutária	-	52.948	-	(52.948)	-	-	-
Transações com acionistas							
Dividendos	-	(135.764)	-	(2.941)	(138.705)	(1.084)	(139.789)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>2.755.679</u>	<u>1.177.887</u>	<u>54.736</u>	<u>12.503</u>	<u>4.000.805</u>	<u>10.907</u>	<u>4.011.712</u>
Incorporação da Cetelem América Ltda.	3.414	44.089	-	-	47.503	-	47.503
Total do resultado abrangente							
Lucro/(Prejuízo) do exercício	-	-	-	(145.323)	(145.323)	682	(144.641)
Outros resultados abrangentes	-	-	(158.038)	-	(158.038)	-	(158.038)
Destinações:							
Outras reservas	-	(53.509)	-	53.509	-	-	-
Reserva estatutária	-	(79.311)	-	79.311	-	-	-
Transações com acionistas							
Dividendos	-	-	-	-	-	(1.113)	(1.113)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	<u>2.759.093</u>	<u>1.089.156</u>	<u>(103.302)</u>	<u>-</u>	<u>3.744.947</u>	<u>10.476</u>	<u>3.755.423</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	01.01 a 31/12/2024	01.01 a 31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro/Prejuízo líquido ajustado	315.211	(112.216)
Lucro/Prejuízo líquido antes dos impostos	(171.073)	13.195
Depreciações e amortizações	44.825	31.652
Atualização monetária de outros ativos	(43.242)	(54.450)
Perdas líquidas por "impairment" em operações de crédito a clientes / Garantias	(27.471)	64.851
Ajuste ao valor de mercado - Ativos/Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	267.321	(496.419)
Ajuste ao valor de mercado - Derivativos mensurados ao valor justo	43.448	81.154
Provisão de participações nos lucros	191.652	175.115
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e atualização monetária de depósitos judiciais	(13.011)	64.488
Receitas de prestações de serviços não recebidas / Provisão outros	22.694	13.001
Efeitos das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	68	(4.803)
Variação de Ativos e Passivos	(1.547.559)	(158.659)
(Aumento) Redução em Instrumentos de dívida mensurados ao valor justo	975.182	(6.006.370)
(Aumento) Redução em Ativos derivativos mensurados ao valor justo no resultado	(2.695.932)	(2.253.036)
(Aumento) Redução em Operações de crédito a instituições financeiras	(894.385)	6.697.286
(Aumento) Redução em Operações de crédito a clientes	(316.429)	(3.355.553)
(Aumento) Redução em Outros ativos	350.081	(186.633)
Aumento (Redução) em Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado	(2.326.316)	5.266.851
Aumento (Redução) em Passivos derivativos mensurados ao valor justo no resultado	4.831.788	844.784
Aumento (Redução) em Depósitos de instituições financeiras e depósitos de clientes	(1.452.640)	701.165
Aumento (Redução) em Títulos de dívida emitidos	(436.810)	(1.813.021)
Aumento (Redução) em Obrigações por empréstimos e repasses	676.615	143.800
Aumento (Redução) em Provisões para ações judiciais	(16.927)	230.678
Aumento (Redução) em Outros passivos	(226.554)	(393.746)
Imposto de renda e contribuição pago	(15.232)	(34.864)
Caixa líquido gerado/(utilizado) nas atividades operacionais	(1.232.348)	(270.875)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativos imobilizados	(10.730)	(16.407)
Recursos da venda de ativos imobilizados	995	487
Aquisição de ativos intangíveis	(8.636)	(21.284)
Recursos da venda de ativos intangíveis	2.330	887
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(16.041)	(36.317)
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Aumento (Redução) em dívidas subordinadas	582.841	(138.453)
Ajuste no Patrimônio - Incorporação Cetelem e Cetelem América	47.503	508.830
Dividendos e juros sobre capital proprio pagos	(2.941)	(153.194)
Caixa líquido gerado/(utilizado) nas atividades de financiamento	627.403	217.183
Aumento (Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(620.986)	(90.009)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4.754.903	4.840.109
Caixa e equivalentes de caixa incorporado Cetelem América Ltda.	2.930	-
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(68)	4.803
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4.136.779	4.754.903
Informações complementares à demonstração consolidada do fluxo de caixa		
Juros recebidos : R\$13.164.650 em 2024 e R\$12.366.532 em 2023		
Juros pagos : R\$13.349.133 em 2024 e R\$13.396.553 em 2023		

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Página 12



BNP PARIBAS

**O banco
para um mundo
em mudança**

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), controlado diretamente pelo BNP Paribas S.A., com sede na França, é a instituição líder das companhias brasileiras do Grupo BNP Paribas, financeiras e não financeiras perante o Banco Central do Brasil, constituído na forma de sociedade anônima, opera como banco múltiplo a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, câmbio, arrendamento mercantil, crédito, financiamento e de investimento.

Conforme mencionado na nota explicativa 3.a., as Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem o Banco BNP Paribas Brasil S.A. e suas controladas: BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda., BGN Mercantil e Serviços Ltda. e BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior ("Grupo").

Em 1º de Agosto de 2023, o Diário Oficial da União publicou a aprovação do Banco Central do Brasil - BACEN sobre a incorporação do Banco Cetelem S.A., que concentrava a área de Personal Finance com um amplo portfólio de cartões dos maiores varejistas do país e soluções de financiamento para pessoas físicas, que passa a ser agora uma unidade de negócios do Banco BNP Paribas Brasil S.A..

Em 13 de Maio de 2024, foi aprovado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a incorporação da Cetelem América Ltda. pelo acervo líquido contábil no montante de R\$39.298 com impacto no patrimônio líquido (vide Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido).

Em 1º de Setembro de 2024, foi aprovada a incorporação da BGN Mercantil e Serviços Ltda., de acordo com a 79ª Alteração do Contrato Social, não tendo nenhum impacto no patrimônio líquido do Banco BNP Paribas Brasil S.A..

A proposta de incorporação ocorridas em 2023 e 2024 pelo BANCO BNP faz parte de processo de reestruturação societária do grupo a que pertencem, e tem por objetivo, dentre outros benefícios, racionalizar sua estrutura societária, centralizar e simplificar a administração de suas entidades, com a consequente redução dos custos.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS foram aprovadas pela Diretoria em 19 de março de 2025.

2. Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

Essas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo foram elaboradas considerando o estabelecido na Resolução nº 4.818 do Conselho Monetário Nacional ("CMN") que, requer a elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas anuais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("*International Financial Reporting Standards*" - "IFRS"), conforme aprovado pelo "*International Accounting Standard Board*" ("IASB") e atualmente denominadas pela Fundação IFRS como normas contábeis IFRS, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. O Balanço Patrimonial é apresentado em ordem de liquidez.

b. Normas e interpretações

b.1) Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2024

Alterações na IAS 1 - Segregação entre Passivo Circulante e Não Circulante - Esclarece quando considerar condições contratuais ("*Covenants*") que possam afetar o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, no mínimo, 12 meses após o período de relatório e inclui requisitos de divulgação para os passivos com "*Covenants*" classificados como não circulantes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024, com aplicação retrospectiva e não há impactos para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

Alterações ao IAS 7 e ao IFRS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e Instrumentos financeiros: Evidenciação - As alterações se referem à divulgação de informações sobre acordos financeiros com fornecedores que permitirão aos usuários das Demonstrações Financeiras avaliar seus efeitos sobre o passivo da entidade e aos seus fluxos de caixa, além da sua exposição ao risco de liquidez. As alterações entraram em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2024 e não houve impactos materiais para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

b.2) Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras Consolidadas e não foram adotados antecipadamente:

IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados.



Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva e não há impactos para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros Divulgações - Publicado em maio de 2024, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa dos instrumentos financeiros e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva e não há impactos para as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo BNP Paribas Brasil.

c. Utilização de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas de acordo com o IFRS requer a utilização de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis nos valores apresentados de ativos, passivos, receitas e despesas.

A preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas exige que os gestores das empresas e funções corporativas façam estimativas que são refletidas na medição de rendimentos e gastos na conta de ganhos e perdas, dos ativos e passivos no balanço e na divulgação de informações nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Isto exige dos gestores em questão, o exercício de julgamento e fazer uso das informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras quando fazem suas estimativas. Os resultados reais futuros das operações em relação aos quais os Administradores têm feito uso de estimativas podem, na realidade, diferir significativamente, principalmente em função das condições do mercado. Isso pode ter um efeito material sobre as demonstrações financeiras.

Tais estimativas e premissas são revisadas periodicamente. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas estão sendo revisadas, bem como nos períodos futuros afetados.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com o IFRS e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem diversas estimativas e premissas utilizadas. As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

- Imposto de renda e Contribuição social diferido

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que o Grupo irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário do Grupo, é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos, conforme divulgado na nota explicativa 12.

- Valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo derivativos

O valor justo de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos, é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados instrumentos financeiros estão descritas na nota explicativa 3. (d) v.

- Provisão para "impairment"

O Grupo revisa periodicamente as perdas por "impairment" reconhecidas para cobrir risco de crédito inerentes à atividade de intermediação bancária, conforme divulgado na nota explicativa 3. (d) vi.

- Passivos Contingentes

O Grupo revisa periodicamente seus passivos contingentes, conforme divulgado na nota explicativa 3. (k).

3. Políticas contábeis Materiais

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas na preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, e estão aplicadas de forma consistente pelas Entidades do Grupo.

a. Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A., bem como a de suas controladas, abaixo relacionadas:

<u>Empresas</u>		<u>País de origem</u>	<u>Percentual de participação</u>	<u>Método de consolidação</u>
• BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	Brasil	74,38%	Integral
• BNP Paribas Proprietário Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado - Investimento no Exterior	EPE	Brasil	100,00%	Integral

i. Escopo da Consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas devem incluir:

• Controlada

É classificada como controlada a empresa sobre a qual o Banco exerce controle, representado pelo poder de gerir as suas políticas financeiras e operacionais para obter benefícios das suas atividades. A controlada é consolidada pelo método integral.



- Entidade de propósito específico (EPE)

Entidade de propósito específico é uma entidade criada para atender a um propósito restrito e bem definido. As demonstrações financeiras de uma entidade de propósito específico são consolidadas pelo método integral nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo, quando a substância do relacionamento dos riscos e benefícios entre o Grupo e esta entidade resulta no controle da entidade pelo Grupo.

A avaliação das circunstâncias apresentadas abaixo pode indicar que, em substância, o Grupo controla e conseqüentemente consolida uma EPE:

- As atividades da EPE são conduzidas de acordo com as necessidades específicas dos negócios do Grupo, de forma que o Grupo obtém benefícios das operações da EPE;
- O Grupo detém o poder de tomada de decisões de forma a obter a maioria dos benefícios das atividades da EPE ou o Grupo determinou as regras de "auto-funcionamento" das atividades da EPE;
- O Grupo possui direitos de obter a maioria dos benefícios da EPE e conseqüentemente pode estar exposto aos principais riscos inerentes às atividades da EPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de controle relacionados à EPE ou aos seus ativos, de forma a obter benefícios de suas atividades.

ii. Principais procedimentos de consolidação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas são preparadas utilizando políticas contábeis uniformes.

Os resultados das controladas são incluídos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas a partir da data de aquisição até a data em que o Banco, entidade líder do Grupo, deixa de ter o controle.

O valor contábil do investimento do Banco e a sua participação no patrimônio líquido de cada controlada ou EPE são eliminados, assim como os saldos das contas de ativos e passivos, receitas e despesas entre o Banco e suas controladas e EPE.

Perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, mas, somente na extensão de que não há evidência de perda por "impairment".

Além disso, a participação de terceiros no patrimônio líquido das entidades consolidadas é apresentada como "Participações de Acionistas não Controladores" no Balanço Patrimonial Consolidado. A participação de terceiros no lucro do exercício é apresentada como "Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores" na Demonstração consolidada do resultado.

iii. Administração de fundos de investimentos

O Grupo gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não são consolidadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, exceto a EPE descrita na nota explicativa 3 (a) i.

b. Moeda estrangeira

i. Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão sendo apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional das empresas que compõem o Grupo. Exceto quando indicado, as informações financeiras expressas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

ii. Transações em moeda estrangeira

Os métodos usados para contabilizar os ativos e passivos relacionados com transações em moeda estrangeira assumidos pelo Grupo, e o usado para medir o risco cambial decorrente de tais operações, depende se os ativos ou passivos em questão são classificados como itens monetários.

As operações em moedas estrangeiras são convertidas utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas de transações. Os saldos de conversão pelas taxas de câmbio no final do período referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos nas contas de resultado de variação cambial exceto a variação cambial dos instrumentos designados ao valor justo, as quais são reconhecidas na rubrica Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d. Ativos e Passivos financeiros

De acordo com o IFRS 9, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado;
- Ativos financeiros ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.



i. Reconhecimento

Os ativos e passivos financeiros, incluindo aqueles mensurados ao valor justo no resultado e por meio de outros resultados abrangentes, são inicialmente reconhecidos na data da transação para o IFRS pelo seu valor justo. As operações com títulos permanecem registrados no balanço até que os direitos do Grupo para receber os fluxos de caixa relacionados expiram, ou até que o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade dos títulos.

ii. Baixa

Um ativo financeiro é baixado na sua totalidade ou em parte quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando se transfere o direito contratual aos fluxos de caixa do ativo e substancialmente todos os riscos e vantagens da propriedade do ativo. A menos que estas condições estiverem preenchidas, o Grupo mantém o ativo em seu balanço e reconhece um passivo da obrigação criada como resultado da transferência do ativo.

iii. Compensação de ativos e passivos financeiros

Um ativo e um passivo financeiro são compensados e a quantia líquida apresentada no balanço se, e somente se, o Grupo tem um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos e pretende liquidar numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv. Mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de ativo ou de passivo financeiro é a quantia pelo qual o ativo ou o passivo financeiro é medido no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa usando o método dos juros efetivos de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia no vencimento, e menos qualquer redução (diretamente ou por meio do uso de conta redutora) quanto à perda do valor recuperável ou incobrabilidade.

v. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado, na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Quando disponível, o Grupo determina o valor justo de instrumentos financeiros com base nos preços cotados em mercado ativo para aquele instrumento. Um mercado é reconhecido como ativo se os preços cotados são prontamente e regularmente disponíveis e representam transações de mercado fidedignas e regulares ocorridas de forma justa entre partes independentes.

Para os demais instrumentos financeiros sem preços cotados em mercados ativos, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação, que podem incluir transações recentes realizadas entre partes independentes em condições justas de mercado, referência ao valor justo de instrumentos similares, método de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções. As técnicas de avaliação utilizadas pelo Grupo utilizam o máximo possível de dados de mercado, baseando-se no mínimo possível em estimativas específicas do Grupo, incorporando todos os fatores que os demais participantes do mercado consideraram na determinação de um preço de negociação, e são consistentes com metodologias econômicas amplamente reconhecidas e utilizadas pelos demais participantes do mercado na precificação destes instrumentos financeiros. Os dados utilizados nas técnicas de avaliação representam razoavelmente as expectativas de mercado e avaliações dos fatores inerentes de risco e retorno do instrumento financeiro avaliado. O Grupo avalia as técnicas utilizadas e as testas para validação utilizando preços de transações de mercado atualmente observáveis do mesmo instrumento ou baseadas em outros dados de mercado observáveis.

A cada transação, o instrumento financeiro é reconhecido inicialmente pelo preço da transação, que é o melhor indicador do valor justo, embora o valor obtido pelo modelo de avaliação possa diferir do preço da transação. Essa diferença inicial, no valor justo indicado por técnicas de avaliação, é reconhecida subsequentemente nas Demonstrações consolidadas do resultado, dependendo dos fatos e circunstâncias individuais de cada transação, e nunca posteriormente à data em que os dados de mercado tornam-se completamente observáveis.

De acordo com o IFRS, o Grupo classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos "inputs" usados no processo de mensuração.

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

As premissas e dados utilizados nas técnicas de avaliação incluem taxas livres de risco, "spreads" de crédito e outros fatores utilizados na estimativa de taxas de desconto, preços de títulos e de ações, taxas cambiais e volatilidades e correlações estimadas de preços. O objetivo das técnicas de avaliação é a obtenção de um valor justo que reflita o preço do instrumento financeiro na data das Demonstrações Financeiras Consolidadas, que seria determinado por participantes do mercado em transações justas.



O Grupo utiliza modelos de valorização amplamente reconhecidos e adotados pelo mercado para determinação do valor justo de instrumentos financeiros comuns e não muito complexos, que utilizam somente dados observáveis de mercado e requerem pouco julgamento da Administração. Dados observáveis de mercado geralmente são disponíveis para instrumentos de dívida e de capital de entidades listadas, derivativos negociados em bolsas e aqueles simples e amplamente negociados em balcão. Disponibilidade de dados de mercado observáveis reduzem a necessidade de julgamento da Administração, bem como as incertezas associadas à determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

A tabela abaixo demonstra os instrumentos financeiros contabilizados a valor justo, pelo método de valorização adotado.

Descrição	Preços de mercado	Técnicas de	31/12/2024	31/12/2023
	cotados em mercados ativos (nível 1)	valorização - dados observáveis (nível 2)		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Instrumentos de dívida	4.565.436	5.938.802	10.504.238	14.548.317
Derivativos	-	4.982.752	4.982.752	5.330.713
Operações de crédito a instituições financeiras	-	734.496	734.496	5.089
Operações de crédito a clientes	1.166.752	345.679	1.512.431	3.864.954
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes				
Instrumentos de dívida	5.861.718	-	5.861.718	3.973.798
Total	11.593.906	12.001.729	23.595.635	27.722.871
Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado				
Passivos financeiros	541.510	8.528.908	9.070.418	11.404.281
Títulos de dívida emitidos	-	692.726	692.726	552.675
Derivativos	-	4.587.478	4.587.478	2.756.135
Depósitos de clientes	-	368.303	368.303	493.133
Obrigações por empréstimos e repasses	-	8.946.902	8.946.902	7.296.715
Total	541.510	23.124.317	23.665.827	22.502.939

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

Ativos e Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Para os valores justos de títulos de dívida de empresas e para aplicações em depósitos interfinanceiros o Grupo estima os valores justos efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando-se as taxas de juros do mercado. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado.

Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados conforme segue:

Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Operações a termo - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Scholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

Operações de futuros - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

Detalhes sobre a classificação dos ativos e passivos financeiros do Grupo são apresentados na nota explicativa nº 4.



vi. Identificação e mensuração de "impairment"

A provisão de Perdas esperadas (PE) é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE 12 meses).

A PE 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras. A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros.

O Grupo estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

O Grupo calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência ("*Probability of default*" - PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo;
- Exposição no momento da inadimplência ("*Exposure at default*" - EAD): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados; e
- Perda dada a inadimplência ("*Loss given default*" - LGD): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

As perdas esperadas de ativos contabilizados pelo custo amortizado e valor justo através de outros resultados abrangentes são mensuradas como sendo a diferença entre o valor contabilizado dos ativos financeiros e o valor presente dos fluxos de caixa estimados, descontadas pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos. As perdas são reconhecidas no resultado do período. Os juros de ativos financeiros continuam sendo reconhecidos enquanto existir a expectativa de recebimento, porém, enquanto os ativos estiverem classificados no estágio 2, isso ocorrerá pela base bruta e após o estágio 3, pela base líquida. Quando um evento subsequente causa uma redução no valor de uma perda por "impairment" anteriormente reconhecida, esta é revertida contra o resultado do período.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por "impairment" de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por "impairment" ter sido reconhecido no resultado, a perda por "impairment" é revertida por meio de demonstração do resultado.

vii. Ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

i. Ativos e passivos para negociação

Os ativos e passivos para negociação são os ativos e passivos mantidos pelo Grupo com o propósito de vender ou recomprar no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os ativos e passivos para negociação são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo valor justo, e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Os ajustes ao valor justo são reconhecidos como parte do Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros.

Os ativos e passivos de negociação não são reclassificados após seu reconhecimento inicial.

ii. Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado

São passivos designados a valor justo através do resultado no reconhecimento inicial (opção de valor justo). Essa designação não pode ser alterada subsequentemente.

Os passivos financeiros incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado. Os ganhos e perdas oriundas de alterações no valor justo são incluídos diretamente na Demonstração Consolidada do Resultado na rubrica Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros. As receitas de juros e as despesas de juros são reconhecidas em Receitas de juros e similares e Despesas de juros e similares.

viii. Derivativos

Todos os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas na data de negociação ao preço de transação e são reavaliados ao valor justo.

Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando o valor justo é negativo. Os ganhos e perdas realizados e não realizados dos derivativos quando não qualificados como instrumento de "hedge" são reconhecidos em conta de Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação e designados ao valor justo através do resultado.



Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção do Grupo na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção "hedge" ou não.

O Grupo avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de proteção são esperados de serem altamente efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens protegidos, durante o período para o qual a proteção está designada, e se os resultados atuais de cada proteção estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade. As relações de "hedge" são classificadas nas seguintes categorias:

i. "Hedge" de valor justo

O Grupo possui, em determinadas operações, cobertura de exposição a mudanças no valor justo de um ativo ou passivo reconhecido, de um compromisso firme não reconhecido ou de uma parte identificada desse ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco específico e que possa afetar os lucros e perdas.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de cobertura de valor justo, ou sua designação é revogada, a sua contabilização como cobertura de valor justo é interrompida. Qualquer ajuste até então, para um item protegido para o qual o método da taxa de juros efetiva é usado, é amortizado ao resultado como parte da taxa de juros efetiva recalculada para o restante de sua vida remanescente.

ii. "Hedge" de fluxo de caixa

O Grupo possui, em determinadas operações, cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido (exemplo, a totalidade ou parte dos pagamentos de juros futuros sobre dívida de taxa variável) ou uma transação prevista altamente provável e que possa afetar os lucros e perdas.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de cobertura de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como cobertura de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido em outros resultados abrangentes permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrer, a contabilização da cobertura de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado em Outros resultados abrangentes é transferido imediatamente para o resultado do período.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam designações de derivativos para "hedge" de fluxo de caixa.

iii. "Hedge" de investimento líquido no exterior

Quando um derivativo (ou passivo financeiro não derivativo) é designado como "hedge" de investimento líquido no exterior, a parcela efetiva das variações no valor justo do instrumento de "hedge" é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na reserva de conversão de moedas estrangeiras. Qualquer parcela inefetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado na baixa do investimento líquido no exterior.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam designações de derivativos para "hedge" de investimento líquido no exterior.

ix. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

De acordo com o IFRS 9, os ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Os ativos incluídos na categoria mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são inicialmente registrados ao valor justo acrescido dos custos de transação quando relevantes. Na data do balanço são mensurados ao valor justo e as suas alterações no valor justo (excluindo juros) estão apresentadas em uma linha separada no patrimônio líquido, Outros resultados abrangentes acumulados. Na alienação, esses resultados não realizados são transferidos do patrimônio líquido para conta de resultado, onde são demonstrados na linha de Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As rendas reconhecidas usando o método de juros efetivos derivada de títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são registradas na rubrica Receita de juros e similares na conta de resultado. Os rendimentos de dividendos de títulos de renda variável são reconhecidos no Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando o direito do Grupo para receber o pagamento é estabelecido.

x. Ativos não correntes mantidos para a venda

São classificados na categoria de ativos não correntes mantidos para a venda (ou grupo de alienação) as operações cujo valor contábil venha a ser recuperado, principalmente por meio de uma transação de venda, ao invés do uso continuado.

Para este ser o caso, o ativo deve estar disponível para a venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas aos termos que sejam usuais e habituais para vendas desses ativos e sua venda deve ser altamente provável.

Uma vez classificados nesta categoria, os ativos são mensurados ao menor dentre o valor contábil ou valor justo menos os custos para venda.

Estes ativos não são amortizados e estão sujeitos a "impairment". A perda por "impairment" é reconhecida no resultado e pode ser revertida.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não havia ativos não correntes mantidos para a venda.



xi. Operações de crédito

As operações de crédito são mensuradas inicialmente ao valor justo, que geralmente é a quantia líquida paga no início, incluindo os custos diretamente atribuíveis e certos tipos de taxas ou comissões que são vistos como um ajuste na taxa efetiva de juros sobre o empréstimo. São mensurados subsequentemente a custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva dos juros.

Comissões recebidas em compromisso de financiamento antes do registro do empréstimo são diferidas e incluídas no valor do empréstimo quando o mesmo é registrado.

Comissões obtidas em compromissos financeiros onde existe a probabilidade de não realizar a operação, ou há incerteza quanto ao momento da realização, são reconhecidas numa base linear ao longo da vida do compromisso.

A eventual perda por "impairment" dos ativos registrados nessa categoria é avaliada segundo as bases descritas na política contábil nota explicativa 3.d. (vi).

xii. Acordos de recompra e empréstimos de títulos

Títulos vendidos com compromisso de recompra continuam a ser registrados no Balanço Patrimonial Consolidado na categoria a que pertencem. O passivo correspondente é reconhecido no balanço em sua respectiva categoria, exceto no caso dos acordos de recompra efetuados para negociação, onde o correspondente passivo é classificado em Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado.

Títulos adquiridos com compromisso de revenda não são reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado. O correspondente recebível será reconhecido em Operações de crédito a instituições financeiras.

xiii. Reclassificação de ativos financeiros

O Grupo não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não foram efetuadas reclassificações de ativos financeiros.

xiv. Emissão de títulos representativos de dívida

Os títulos emitidos pelo Grupo são classificados como instrumentos de dívida, se as entidades do Grupo emitindo os instrumentos tem uma obrigação contratual de entregar dinheiro ou outro ativo financeiro ao detentor do instrumento.

O mesmo aplica-se caso o Grupo seja obrigado a trocar ativos ou passivos financeiros com outra entidade sob condições que sejam potencialmente desfavoráveis, ou entregar um número variável de instrumentos de patrimônio do próprio Grupo.

As emissões de títulos de dívida são reconhecidas, inicialmente ao valor de emissão, incluindo os custos de transação, e são posteriormente mensurados ao custo amortizado usando o método de taxa efetiva de juros.

e. Ativos imobilizados

i. Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e as perdas por "impairment", quando aplicável.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos imobilizados construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista.

Quando os principais componentes de um ativo imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo imobilizado.

ii. Custos subsequentes

O custo de substituir parte de um ativo imobilizado é capitalizado ao valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros decorrentes das partes substituídas serão revertidos para o Grupo e o seu custo pode ser mensurado de maneira confiável. O valor remanescente da parte substituída é baixado. Os custos de reparos rotineiros dos ativos imobilizados são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

iii. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear, considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo imobilizado.

As vidas úteis estimadas dos ativos imobilizados para os exercícios atuais são:

• Equipamentos de processamento de dados	5 anos
• Outros bens	10 anos
• Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 anos ou pelo prazo do contrato

Os "Outros bens" são compostos de sistema de comunicação, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, instalações e sistemas de segurança.



f. Ativos intangíveis

i. "Software"

Os "softwares" adquiridos pelo Grupo são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por "impairment", quando aplicável.

A despesa de desenvolvimento interno de "software" é reconhecida como ativo quando o Grupo consegue demonstrar sua intenção e sua capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização do "software" de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de "softwares" desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento e são amortizados durante sua vida útil estimada. Os "softwares" desenvolvidos internamente são registrados pelos seus custos capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por "impairment".

Despesas subsequentes com "softwares" são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do "software", a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada de "software" é de 5 anos.

ii. Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por "impairment", quando aplicável. A vida útil estimada é de 5 anos.

g. Arrendamentos financeiros

O ativo arrendado é reconhecido no balanço do arrendatário pelo menor valor entre o valor justo ou o valor presente dos pagamentos mínimos calculados à taxa de juros implícita no arrendamento. Os passivos correspondentes, iguais ao valor justo do ativo arrendado ou o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, são também reconhecidos no balanço do arrendatário. O ativo é depreciado usando o mesmo método que foi aplicado a ativos próprios, após a dedução do valor residual do montante inicialmente reconhecido ao longo da vida útil do bem. A obrigação de locação é contabilizada ao custo amortizado.

h. "Impairment" de ativos financeiros

A eventual perda por "impairment" dos ativos financeiros é avaliada segundo as bases descritas na política contábil nota explicativa 3.d. (vi).

Os componentes que constituem o saldo total de provisões para "impairment" foram avaliados individualmente e é baseado na melhor estimativa da Administração do valor presente dos recebimentos previstos. Na estimativa desses fluxos de caixa, a Administração faz uma avaliação da situação financeira da contraparte e do valor líquido realizável de qualquer garantia relacionada.

i. "Impairment" de ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não-financeiros do Grupo são revisados a cada data das demonstrações financeiras para determinar se há alguma indicação de "impairment". Caso haja alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por "impairment" é reconhecida se o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Perdas por "impairment" são reconhecidas diretamente no resultado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por "impairment" reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data das demonstrações financeiras para detectar indicações de que a perda tenha diminuído ou não exista mais. Uma perda por "impairment" é revertida se houver mudança nas estimativas utilizadas para se determinar o valor recuperável. Uma perda por "impairment" é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação e amortização, caso nenhuma perda por "impairment" tivesse sido reconhecida.

A Administração do Banco não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos valores dos ativos não financeiros em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

j. Depósitos, títulos de dívida emitidos e obrigações por empréstimos e repasses

Os depósitos, as obrigações por empréstimos e repasses e a dívida subordinada são fontes para financiamento das operações do Grupo.

Quando o Grupo vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura (venda com compromisso de recompra), o contrato é contabilizado como depósito, e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Grupo.

Os depósitos e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O Grupo contabiliza sua dívida subordinada ao valor justo, sendo as mudanças de valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.



k. Provisões para ações judiciais fiscais, trabalhistas e cíveis

Provisões registradas no passivo, exceto as relativas a instrumentos financeiros e aos benefícios aos empregados, são principalmente relacionadas a processos fiscais, trabalhistas e cíveis.

Uma provisão é reconhecida quando for provável que uma saída de recursos será exigida para liquidar uma obrigação decorrente de um evento passado, e uma estimativa confiável possa ser feita do valor da obrigação. O valor desta provisão é atualizado periodicamente para determinar o valor da obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão da seguinte forma:

i. Ações judiciais

São reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

ii. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes.

l. Garantias financeiras

As garantias financeiras são contratos que requerem do Grupo pagamentos específicos perante o possuidor da garantia financeira por uma perda que incorrida por este, quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme os termos do instrumento de dívida.

Passivos de garantias financeiras são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato. Os passivos de garantias financeiras são subsequentemente contabilizados pelo maior valor entre o valor amortizado e o valor justo. As garantias financeiras são classificadas em Outros passivos e reconhecidas no resultado na rubrica Receitas de serviços e comissões.

m. Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na Demonstração Consolidada do Resultado pelo método da taxa efetiva de juros de acordo com o IFRS 9. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, em um período inferior) até atingir-se o valor de liquidação do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras na realização dos instrumentos financeiros ("impairment").

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos, e não inclui impostos. Os custos são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

n. Taxas e comissões

O método utilizado pelo Grupo para reconhecer receitas de comissões de serviços e despesas depende da natureza do serviço. Comissões que são tratadas como um componente adicional de juros são incluídas na taxa de juros efetiva, e são reconhecidas na conta de Receita líquida de juros.

Comissão a pagar ou a receber na execução de um ato significativo ou serviços prestados são reconhecidos integralmente na conta de resultado na íntegra no momento da execução, sob as rubricas Receitas e despesas de serviços e comissões quando este for concluído.

o. Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros

O Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros compreende os ganhos líquidos e as perdas relacionados aos ativos e passivos ao valor justo através do resultado, e inclui todas as alterações realizadas e não realizadas no valor justo sobre estes instrumentos financeiros.

A parte inefetiva de derivativos de "hedge" qualificados e designados em uma relação de "hedge" de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros.

p. Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreende as alterações realizadas no valor justo e dividendos sobre os instrumentos financeiros que foram liquidados no exercício. Os juros destes instrumentos mensurados através da taxa efetiva de juros, é registrado na margem financeira na Demonstração Consolidada do Resultado.

q. Dividendos

As receitas de dividendos são reconhecidas quando o direito do recebimento é estabelecido. Os dividendos são refletidos como um componente do Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros, ou em Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, de acordo com a classificação do instrumento de capital.



r. Imposto corrente e diferido

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 20%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota consolidada de 45% sobre os créditos tributários.

O Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido são reconhecidos na Demonstração Consolidada de Resultado, exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, determinada com base nas leis de impostos e alíquotas vigentes no País durante o período em que a renda é gerada e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos quando as diferenças temporárias surgem entre a quantia escriturada de um ativo ou passivo no balanço e a sua base tributável.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias, base negativa ou prejuízos fiscais não utilizados somente na medida em que é provável que a entidade em questão vai gerar lucros tributáveis futuros contra os quais essas diferenças temporárias e prejuízos fiscais e bases negativas possam ser compensados.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros serão gerados para sua utilização, e são revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados sendo mensurados às alíquotas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base na legislação vigente na data das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como receita ou despesa de imposto na conta de resultado, com exceção dos impostos diferidos relativos a ganhos ou perdas não realizados sobre títulos classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangente que são levados ao patrimônio líquido.

4. Ativos e passivos financeiros

Classificação contábil e valor justo

A tabela a seguir apresenta a classificação do Grupo das classes de ativos e passivos financeiros, bem como seus respectivos valores contábeis e valores justos para os contabilizados ao custo amortizado.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4.136.779	4.150.942	4.754.903	4.753.943
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Instrumento de dívida	1.297.360	1.266.561	1.415.498	1.444.958
Operações de crédito a instituições financeiras	478.619	482.510	313.641	313.528
Operações de crédito a clientes	10.808.885	9.911.983	8.113.975	8.399.572
Outros ativos financeiros	171.558	171.558	492.656	492.654
Total	16.893.201	15.983.554	15.090.673	15.404.655
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Depósitos de instituições financeiras	605.325	605.325	1.532.296	1.531.961
Depósitos de clientes	11.514.017	11.343.690	11.915.012	11.913.711
Títulos de dívida emitidos	88.212	88.118	753.354	753.286
Obrigações por empréstimos e repasses	1.231.413	1.194.315	2.268.485	2.279.501
Dividendos	-	-	2.941	2.941
Total	13.438.967	13.231.448	16.472.088	16.481.400

As operações avaliadas contabilmente pelo custo amortizado são em sua grande maioria de curto prazo e/ou indexadas a taxas pós-fixadas.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações no mercado aberto	2.499.996	3.480.755
Aplicações em moedas estrangeiras	1.154.663	910.944
Disponibilidades	482.094	362.844
Correspondentes no país	26	360
Total	4.136.779	4.754.903



6. Instrumentos de dívida e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado e ao custo amortizado

Independentemente da segregação por categoria ou estratégia, segue abaixo a carteira dos respectivos títulos contratados:

Descrição	31/12/2024		31/12/2023	
	Mensurados ao valor justo no resultado	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao valor justo no resultado	Mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros				
Títulos públicos	4.524.158	1.297.357	11.534.121	1.307.613
Operações de câmbio	5.938.802	-	2.972.062	-
Cotas de fundo de investimento	41.278	-	42.134	-
Certificado de depósito bancário	-	3	-	107.885
Total	10.504.238	1.297.360	14.548.317	1.415.498
Passivos financeiros				
Operações de câmbio	5.977.794	-	3.024.811	-
Títulos públicos	541.510	-	6.395.246	-
Total	6.519.304	-	9.420.057	-
Outros passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado:				
Dívida Subordinada - Res. 4.192/13	1.224.650	-	933.817	-
Empréstimo Perpétuo	1.326.464	-	1.050.407	-
Total	2.551.114	-	1.984.224	-
Total Geral	9.070.418	-	11.404.281	-

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos, efetuadas junto à B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e de operação de câmbio efetuadas junto à "clearing" de câmbio, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos no valor de R\$2.228.035 (R\$1.414.434 em 2023).

As dívidas subordinadas emitidas com base na Resolução CMN nº 4.192/13 estão representadas por recursos captados via contrato de empréstimo nos valores de US\$100 milhões e US\$105 milhões equivalentes a R\$612.996 e R\$611.654 (R\$409.629 e R\$524.188 em 2023), já acrescidos dos juros de 4,10% a.a. e 3,37% a.a., incorridos até 31 de dezembro de 2024, com vencimentos em janeiro de 2031 e 2032, respectivamente.

As dívidas subordinadas perpétuas emitidas com base na Resolução CMN nº 4.955/21 estão representadas por recursos captados via contrato de empréstimo no valor de US\$118 milhões e US\$96 milhões equivalentes a R\$713.243 e R\$613.221 (R\$541.644 e R\$508.763 em 2023), já acrescido dos juros de 4,56% a.a. e 8,67% a.a., incorridos até 31 de dezembro de 2024.

7. Derivativos

Independentemente da segregação por categoria ou estratégia, segue abaixo a carteira por vencimento dos respectivos títulos contratados:

	Em quantidade de dias				Total
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	
Derivativos - Ativo:					
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado					
Operações com opções	7.725	40.769	33.325	18.441	100.260
Operações a termo	217.484	765.623	416.139	600.282	1.999.528
Operações com "swap"	691.039	651.860	443.103	1.096.962	2.882.964
Total 2024	916.248	1.458.252	892.567	1.715.685	4.982.752
Total 2023	958.186	1.072.897	645.945	2.653.685	5.330.713
Derivativos - Passivo:					
- Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado					
Operações com opções	5.634	39.476	74.868	284.018	403.996
Operações a termo	346.732	492.196	261.651	223.639	1.324.218
Operações com "swap"	213.965	817.873	462.414	1.365.012	2.859.264
Total 2024	566.331	1.349.545	798.933	1.872.669	4.587.478
Total 2023	153.074	564.211	783.735	1.255.115	2.756.135



A composição do valor nominal dos derivativos por contraparte está descrito conforme abaixo:

B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)

<u>Valor Nominal por contraparte</u>	<u>SISTEMA CETIP</u>			<u>SISTEMA</u>	<u>Valor nominal</u> <u>31/12/2024</u>	<u>Valor nominal</u> <u>31/12/2023</u>
	<u>Pessoa</u> <u>jurídica</u>	<u>Instituições</u> <u>financeiras</u>	<u>Investidores</u> <u>institucionais</u>	<u>BM&FBovespa</u> <u>Câmaras de</u> <u>liquidação</u>		
Operações com opções	4.731.026	486.618	-	85.762	5.303.406	583.359.671
Comprada	2.116.624	87.818	-	40.861	2.245.303	277.170.306
Vendida	2.614.402	398.800	-	44.901	3.058.103	306.189.365
Operações com "swap"	20.981.390	49.857.827	3.078.741	16.671.041	90.588.999	81.859.028
"Swap"	20.981.390	49.857.827	3.078.741	16.671.041	90.588.999	81.859.028
Operações com futuros	-	-	-	72.260.635	72.260.635	123.666.738
Comprada	-	-	-	34.898.686	34.898.686	93.261.082
Vendida	-	-	-	37.361.949	37.361.949	30.405.656
Operações a termo	38.465.487	2.058.060	-	14.161	40.537.708	33.259.287
Comprada	22.268.158	622.554	-	-	22.890.712	15.611.044
Vendida	16.197.329	1.435.506	-	14.161	17.646.996	17.648.243
Total					208.690.748	822.144.724

A composição do valor nominal dos derivativos por indexador está descrito conforme abaixo:

<u>Composição por indexador</u>	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor nominal</u> <u>31/12/2024</u>	<u>Valor nominal</u> <u>31/12/2023</u>
Operações com opções	100.260	403.996	5.303.406	583.359.671
Compra de opção de:	100.260	-	2.245.303	277.170.306
Taxas	-	-	-	275.096.000
Compra de Dólar	92.584	-	1.675.242	1.808.878
Venda de Dólar	652	-	238.978	265.428
Commodities	7.007	-	321.955	-
Venda de Euro	17	-	9.128	-
Venda de opção de:	-	403.996	3.058.103	306.189.365
Taxas	-	-	-	303.994.500
Compra de Dólar	-	90.873	930.728	467.577
Compra de Euro	-	449	10.149	-
Commodities	-	5.720	284.862	-
Compra de Ações	-	-	-	165.954
Venda de Ações	-	4.317	8.469	178
Compra de Ações	-	295.315	405.479	-
Venda de Dólar	-	7.322	1.418.416	1.561.156
Operações com "swap"	2.882.964	2.859.264	90.588.999	81.859.028
Ações x DI	596	303.260	1.100.935	574.124
Ações x PRE	194.884	4.043	1.181.642	2.213.066
Ações x Cupom de Dólar	6.595	-	88.696	-
Cupom de Dólar x Ações	6.996	-	296.012	194.347
Cupom de Dólar x Cupom de Dólar	64.558	43.862	9.338.568	6.341.722
Cupom de Dólar x SOFR	-	-	-	338.817
Cupom de Dólar x Swap de Risco (CDS)	-	-	-	4.880
Cupom de Dólar x Mercadorias (Commodities)	5.559	21.921	1.114.527	703.924
Cupom de Dólar x Cupom de Euro	4.436	-	97.025	109.154
Cupom de Dólar x Cupom de IENE	348.892	-	1.393.663	995.891
Cupom de Dólar x DI	772.308	7.201	10.897.126	2.021.328



<u>Composição por indexador</u>	<u>Valor a receber</u>	<u>Valor a pagar</u>	<u>Valor nominal 31/12/2024</u>	<u>Valor nominal 31/12/2023</u>
Cupom de Dólar x LIBOR	-	19.363	338.608	439.833
Cupom de Dólar x PRE	53.527	-	1.133.110	1.133.110
Cupom de Euro x DI	38.005	2.022	1.972.969	750.000
Cupom de IENE x Pre	-	1.149	1.124.851	-
DI x Ações	7.475	-	10.894	17.730
DI x Cupom de Dólar	115.118	924.591	10.819.971	8.340.458
DI x Cupom de Euro	3.452	481.063	6.017.373	4.668.151
DI x Índice de Preço	-	-	-	204.024
Pre x Pre	2.878	2.160	24.099	-
DI x CNH	1.035	-	632.925	-
CNH x DI	-	1.035	632.925	-
Índice de Preço x Cupom de Euro	-	710	200.000	-
LIBOR x Cupom de Dólar	29.801	-	604.819	-
DI x PRE	1.029.737	195	8.376.770	20.901.160
Índice de Preço x DI	-	-	-	11.861
Cupom de Dólar x Selic (SCS)	2.036	20.730	4.587.910	1.330.204
DI x Cupom de IENE	4.900	133.570	1.924.245	619.744
PRE x Ações	2.864	194.884	1.176.800	2.187.157
PRE x Cupom de Dólar	1.883	123.183	3.413.538	2.741.805
PRE x Cupom de Euro	-	151.188	3.793.691	418.962
PRE x DI	62	179.244	14.275.637	22.290.126
DI x LIBOR	-	94.498	606.336	858.070
Cupom de Dólar x Índice de Preço	127.789	-	450.000	450.000
Mercadorias (Commodities) x Cupom de Dólar	57.578	21.603	2.513.334	549.380
Índice de Preço x Cupom de Dólar	-	127.789	450.000	450.000
Operações com futuros	-	-	72.260.635	123.666.738
Operações com futuros - Comprada	-	-	34.898.686	93.261.082
Cupom cambial - DDI	-	-	14.961.094	45.420.100
DI	-	-	12.873.198	39.896.645
Taxas	-	-	326.176	469.573
Moedas	-	-	6.738.218	7.474.764
Operações com futuros - Vendida	-	-	37.361.949	30.405.656
Cupom cambial - DDI	-	-	9.539.440	2.364.794
DI	-	-	22.715.102	26.668.531
Taxas	-	-	857.475	214.846
Moedas	-	-	4.249.932	1.157.485
Operações a termo	1.999.528	1.324.218	40.537.708	33.259.287
Operações a termo - Comprada	1.881.694	166.582	22.890.712	15.611.044
Moeda	1.859.500	154.244	21.280.602	15.081.183
Mercadorias (Commodities)	22.194	12.338	1.610.110	529.861
Operações a termo - Vendida	117.834	1.157.636	17.646.996	17.648.243
Moeda	94.500	1.117.144	15.657.971	16.743.477
Mercadorias (Commodities)	23.334	40.492	1.989.025	904.766
Total	4.982.752	4.587.478	208.690.748	822.144.724

O Grupo tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas com instrumentos que permitam o controle de riscos.



8. Ativos e passivos de derivativos mantidos para gerenciamento de risco

O Grupo utiliza contratos futuros para "hedge" da sua exposição às variações no valor justo de operações de crédito a instituições financeiras, relacionadas às taxas de juros pré-fixadas destas operações.

Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge":

Instrumento			Objeto de "Hedge"					31/12/2023
Produto	Vencimento	Valor referencial	Produto	Indexador	Valor de curva	Valor de mercado	Ajuste no resultado	Valor de mercado
DI Futuro	02/01/2029	694.904	Títulos - NTN	pré-fixadas	794.182	695.215	(103.395)	297.009
DDI Futuro	04/01/2027	1.267.914	Instr. Dívida Res. 4.192	Dólar	1.357.513	1.268.168	(4.126)	995.150
DI Futuro	01/10/2029	695.514	Captações por certificado de operações estruturadas	pré-fixadas	780.677	695.705	88.109	505.858
DI Futuro	03/01/2028	1.556.939	Títulos - LTN	pré-fixadas	1.639.339	1.557.648	(85.644)	277.036
DI Futuro	02/07/2029	352.223	Empréstimo - capital de giro e consignado	pré-fixadas	370.003	355.107	(128.871)	3.926.677
DI Futuro	02/01/2025	369.663	Certificados de depósitos bancários	pré-fixadas	369.795	369.832	3.117	445.581
DI Futuro	-	-	Letras financeiras	pré-fixadas	-	-	172	42.857
DDI Futuro	02/01/2029	377.479	Obrig Empréstimos Ext - Vinculado a 4131	Dólar	388.835	377.468	11.367	-
DDI Futuro	02/01/2029	1.422.918	Títulos Perpétuo	Dólar	1.533.770	1.423.028	44.259	1.165.565

Não foi identificada nenhuma parcela inefetiva para a carteira de "hedge" em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

9. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

A composição do saldo da rubrica Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes está apresentado abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Letras do Tesouro Nacional - LTN	3.883.160	3.209.272
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.924.170	715.304
Títulos Patrimoniais/Ações e Cotas	54.388	49.222
Total	5.861.718	3.973.798

10. Operações de crédito a instituições financeiras

Os saldos patrimoniais estão demonstrados abaixo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Aplicações em moedas estrangeiras	734.496	5.089
Total	734.496	5.089
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Depósitos interfinanceiros	468.572	313.641
Aplicações no mercado aberto	10.047	-
Total	478.619	313.641

11. Operações de crédito a clientes

A composição, por classificação, dos saldos da rubrica Operações de crédito a clientes foram as seguintes:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Operações de câmbio	3.761.795	2.652.928
Operações de crédito	3.693.209	3.555.566
Aplicações no mercado aberto	3.546.491	2.507.983
Provisão de "Impairment" Operações de crédito	(185.879)	(598.569)
Provisão de "Impairment" Aplicações no mercado aberto	(6.731)	(3.933)
Total	10.808.885	8.113.975
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Aplicações no mercado aberto	1.166.753	-
Operações de crédito	345.678	3.864.954
Total	1.512.431	3.864.954



a. Operações de crédito

Os detalhes, por tipo de operação, são indicados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Capital de giro	1.653.418	1.459.503
Títulos de créditos a receber	1.488.202	854.955
Financiamento à exportação	459.031	435.362
Cartão de crédito	229.106	436.467
Crédito rotativo	87.022	79.757
Crédito rural	73.669	120.246
Consignado (*)	37.284	3.826.618
Microcrédito	5.963	6.200
Cheque Especial	5.154	-
Empréstimo - Res. 2921	-	201.358
Outros empréstimos	38	54
Total	4.038.887	7.420.520

(*) No 2º semestre de 2024 foi firmado contrato de cessão de direitos creditos

b. Operações de câmbio

Os detalhes, por tipo de operação, são indicados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Adiantamento sobre contrato de câmbio	3.551.264	2.540.909
Rendas a receber de adiantamento concedido	210.531	112.019
Total	3.761.795	2.652.928

c. Aplicações no mercado aberto

Os detalhes, por mercado aberto, são indicados a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Nota Promissória	225.524	1.267.062
Debêntures	3.886.723	1.210.614
Cédula do Produtor Rural (CPR)	246.132	30.307
Cota FIDC	354.865	-
Total	4.713.244	2.507.983

As operações de crédito a clientes têm usualmente garantias de notas promissórias e, para algumas delas, existem garantias reais e fidejussórias.

A avaliação de perdas em créditos é realizada conforme nota explicativa 35b.

As variações da rubrica Provisão de "Impairment" foram as seguintes:

Saldo inicial em 31/12/2022	(220.137)
Incorporação Banco Cetelem	(631.767)
Complemento de provisão de "Impairment" Operação de crédito	(69.637)
Valores baixados para prejuízo	316.362
Reversão de provisão de "Impairment" Aplicações no mercado aberto	2.677
Saldo em 31/12/2023	(602.502)
Reversão de provisão de "Impairment" Operação de crédito	28.756
Valores baixados para prejuízo	383.934
Complemento de provisão de "Impairment" Aplicações no mercado aberto	(2.798)
Saldo final em 31/12/2024	(192.610)



12. Ativos e passivos tributários correntes e diferidos

Ativos por impostos diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os débitos tributários diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>
Imposto de renda				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	150.396	55.600	(118.671)	87.325
Ajuste a mercado de derivativos	26.978	-	(14.171)	12.807
Ajuste a mercado MTM	10.115	84.186	(36.973)	57.328
Provisão títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	7.028	(4.056)	2.972
Provisão para riscos fiscais	102.209	8.055	(258)	110.006
Provisão para ações judiciais	88.053	5.804	(19.700)	74.157
Prejuízo Fiscal	103.092	152.065	(36.160)	218.997
Provisão para outros passivos	173.848	169.101	(151.810)	191.139
Leasing IFRS16	3.853	1	(565)	3.289
	658.544	481.840	(382.364)	758.020
Contribuição social				
Diferenças temporárias:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	120.315	44.480	(94.937)	69.858
Ajuste a mercado de derivativos	21.424	-	(11.336)	10.088
Ajuste a mercado MTM	8.091	67.349	(29.579)	45.861
Provisão títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	5.622	(3.245)	2.377
Provisão para riscos fiscais	81.768	6.444	(206)	88.006
Provisão para ações judiciais	70.443	4.643	(15.760)	59.326
Base negativa de CSLL	81.806	121.652	(28.260)	175.198
Provisão para outros passivos	137.811	135.281	(121.424)	151.668
Leasing IFRS16	3.082	-	(452)	2.630
	524.740	385.471	(305.199)	605.012
Total 31.12.2024	1.183.284	867.311	(687.563)	1.363.032
Total 31.12.2023	686.440	1.149.924	(653.080)	1.183.284

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os impostos e contribuições a compensar apresentaram a seguinte movimentação:

Impostos e contribuições a compensar

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>
IRPJ e IRRF a compensar	28.001	19.606	(26.140)	21.467
CSLL e CSRF a compensar	8.053	30.627	(8.053)	30.627
Total 31.12.2024	36.054	50.233	(34.193)	52.094
Total 31.12.2023	20.063	34.555	(18.564)	36.054

Passivo de impostos diferidos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os débitos tributários diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

Passivo de impostos diferidos

<u>Descrição</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Constituição</u>	<u>Realização</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>
Imposto de renda e contribuição social				
Diferenças temporárias:				
Ajuste Curva BM&F	(292.773)	-	(17.419)	(310.192)
Provisão títulos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(7.081)	-	-	(7.081)
Total 31.12.2024	(299.854)	-	(17.419)	(317.273)
Total 31.12.2023	(169.470)	(130.384)	-	(299.854)



Passivos tributários correntes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os passivos tributários correntes, líquidos de antecipações e retenções de fonte, estavam assim distribuídos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Provisão de imposto de renda a pagar	1.240	1.453
Provisão de contribuição social a pagar	449	526
Total	1.689	1.979

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2024 é:

Exercício social	2025	2026	2027	2028	2029	de 2030 até 2034	Total
Créditos tributários	269.730	413.712	131.200	116.881	74.023	357.486	1.363.032
Saldo em 2023							1.183.284

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2024, é estimado em R\$705.296 (em 2023 R\$853.575), utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

13. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado do Grupo diz respeito ao imobilizado para uso próprio. O Grupo não tem ativos imobilizados mantidos como propriedade de investimento, nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais e não tem nenhuma obrigação contratual para investir em imobilizado. O Grupo não fez parte de nenhum contrato de arrendamento financeiro durante o exercício.

As variações da rubrica Ativos imobilizados foram as seguintes:

Custo de aquisição - Imobilizado	Veículos	Equipamentos de processamento de dados	Outros bens	Imobilizado de arrendamento	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Saldo no início do exercício	132	20.922	16.962	46.551	84.567	92.566
Incorporação Banco Cetelem	-	-	-	-	-	13.842
Aquisições	64	5.441	702	4.523	10.730	2.565
Provisão para desvalorização	(65)	-	-	-	(65)	-
Depreciações	(1)	(9.151)	(5.495)	(14.152)	(28.799)	(23.919)
Alienações	(1)	(280)	(714)	-	(995)	(487)
Saldo no final do exercício	129	16.932	11.455	36.922	65.438	84.567

14. Ativo intangível

As variações da rubrica Ativo intangível foram as seguintes:

Custo de aquisição - "Software"	Saldo em 31/12/2024	Saldo em 31/12/2023
Saldo no início do exercício	25.646	12.982
Incorporação Banco Cetelem	-	15.099
Aquisições	8.636	6.185
Amortizações	(16.026)	(7.733)
Alienações	(2.330)	(887)
Saldo no final do exercício	15.926	25.646

15. Outros ativos financeiros

A composição do saldo da rubrica outros ativos financeiros é a seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Serviços prestados a receber	46.939	31.121
Devedores diversos - exterior	46.742	134.369
Negociação e intermediação de valores	43.001	103.722
Outros recebíveis	20.544	39.792
Despesas antecipadas de outros ativos financeiros	9.244	117.527
Prêmio ou desconto em op. de venda ou transf. de ativo financeiro	4.293	72.498
Devedores diversos - país	1.190	1.272
Correspondente no país	-	57
Perdas com outros ativos	(395)	(7.702)
Total	171.558	492.656
Outros ativos financeiros até 1 ano	142.249	470.513
Outros ativos financeiros de 1 a 5 anos	29.309	22.143
Total	171.558	492.656



16. Outros ativos

A composição do saldo da rubrica Outros ativos ao custo amortizado é a seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Devedores por depósitos em garantia	904.702	868.371
Outros créditos a compensar/recuperar	74.992	90.094
Devedores diversos - país	57.299	71.405
Despesas antecipadas de outros ativos	10.513	6.967
Adiantamentos diversos	1.133	3.008
Perdas com outros ativos	-	(79)
Total	1.048.639	1.039.766
Outros ativos até 1 ano	182.528	77.636
Outros ativos acima de 1 ano	866.111	962.130
Total	1.048.639	1.039.766

17. Garantias Prestadas

A exposição máxima se as garantias financeiras forem exigidas, são assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Fiança Bancária	6.301.120	5.069.902
"Performance bond"	2.933.629	3.459.852
Fiança de processos em juízo	2.855.030	2.812.196
"Bid bond"	796.016	617.748
Adiantamento de contrato	311.967	413.715
"Advance payment bond"	246.664	68.806
Pagamento de aluguel	130.278	91.275
Total	13.574.704	12.533.494

Essas garantias estão contabilizadas em contas de compensação. Foram registradas provisões para PE por não recuperação de garantias prestadas de R\$4.025 (em 2023 R\$5.538), conforme nota explicativa 22 (ii).

18. Depósitos de instituições financeiras

A composição do saldo da rubrica Depósitos de instituições financeiras é a seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Depósitos interfinanceiros	605.289	1.531.971
Outros depósitos de instituições financeiras	36	325
Total	605.325	1.532.296
Depósitos de instituições financeiras até 1 ano	602.784	1.532.296
Depósitos de instituições financeiros de 1 a 5 anos	2.541	-
Total	605.325	1.532.296

19. Depósitos de clientes

A composição do saldo da rubrica Depósitos de clientes é o seguinte:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Depósitos a prazo	4.942.300	7.807.526
Captações no mercado aberto	4.757.476	2.823.150
Depósitos à vista	1.450.288	1.183.413
Ordens de pagamento a cumprir	363.953	100.923
Total	11.514.017	11.915.012
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Depósitos a prazo	368.303	493.133
Total	368.303	493.133
Depósitos de clientes até 1 ano	11.468.617	11.612.690
Depósitos de clientes de 1 a 5 anos	292.951	671.666
Depósitos de clientes acima de 5 anos	120.752	123.789
Total	11.882.320	12.408.145



20. Títulos de dívida emitidos

Descrição	Vencíveis até	31/12/2024		31/12/2023
		Encargos	Total	Total
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Letras financeiras	18.07.2025	100,00% a 128,00% a.a. CDI	83.331	753.167
Captações por certificado de operações estruturadas	07.07.2034	0,00% a 62,00% a.a.	4.881	187
Total			88.212	753.354
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Captações por certificado de operações estruturadas			692.726	509.554
Letras financeiras			-	43.121
Total			692.726	552.675
Títulos de dívida emitidos até 1 ano			205.170	995.243
Títulos de dívida emitidos de 1 a 5 anos			566.439	309.397
Títulos de dívida emitidos acima de 5 anos			9.329	1.389
Total			780.938	1.306.029

21. Obrigações por empréstimos e repasses

A composição do saldo da rubrica Obrigações por empréstimos e repasses é o seguinte:

Descrição	Vencíveis até	31/12/2024		31/12/2023
		Encargos	Total	Total
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Repasses - FUNCAFE	10.09.2026	8,00% a.a.	48.345	103.854
Repasses no exterior	12.03.2029	8,62% a 13,63% a.a.	1.183.068	2.164.631
Total			1.231.413	2.268.485
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado				
Obrigações por empréstimos no exterior	12.03.2029	5,43% a 8,20% a.a.	715.348	302.771
Repasses no Exterior	28.03.2025	6,35% a.a.	21.189	30.929
Obrigações em moeda estrangeira	27.11.2026	2,54% a 6,42% a.a.	8.210.365	6.963.015
Total			8.946.902	7.296.715
Obrigações por empréstimos e repasses até 1 ano			8.523.093	7.785.783
Obrigações por empréstimos e repasses de 1 a 5 anos			1.655.222	1.741.745
Obrigações por empréstimos e repasses acima de 5 anos			-	37.672
Total			10.178.315	9.565.200

22. Provisões

i. Provisão para processos judiciais e administrativos e outras provisões

A posição das provisões constituídas segregadas por natureza da causa, é a seguinte:

	Demandas fiscais	Demandas trabalhistas	Demandas cíveis	Total
Saldo final 31/12/2022	529.214	99.637	16.909	645.760
Incorporação Cetelem	26.460	36.981	176.952	240.393
Constituição	215	1.190	34.235	35.640
Baixas/Reversão por pagamento	-	(13.754)	(11.437)	(25.191)
Atualizações monetárias	34.750	11.459	44	46.253
Saldo final 31/12/2023	590.639	135.513	216.703	942.855
Constituição	-	20.424	8.151	28.575
Baixas/Reversão por pagamento	-	(54.844)	(35.282)	(90.126)
Atualizações monetárias	30.961	4.619	1.350	36.930
Saldo final 31/12/2024	621.600	105.712	190.922	918.234

Em 31 de dezembro de 2024, a provisão para riscos fiscais é composta: (i) da provisão para pagamento da COFINS e do PIS, no valor de R\$456.190 (R\$435.531 em 2023) e R\$74.013 (R\$70.620 em 2023), respectivamente, em que o Banco discute judicialmente a ampliação da base de cálculo estabelecida pelo Parágrafo 1º do art. 3º da Lei nº 9.718/98, respectivamente; (ii) provisão de R\$91.176 (R\$84.273 em 2023) referente ao ISS sobre operações de fianças, avais, câmbio e crédito; (iii) provisão de R\$5.092 (R\$3.833 em 2023) referente à dedução do ISS da base do PIS e COFINS discutida judicialmente em que o Banco obteve sentença favorável e; (iv) provisão de INSS no valor de R\$222 (R\$215 em 2023) referente a parcela considerada como perda provável do auto de infração lavrado em 2012, para cobrança da Contribuição Previdenciária Empresa incidente sobre os valores pagos aos contribuintes individuais referente ao exercício de 2009.



Os passivos contingentes classificados como perda possível e remota não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2024, os riscos considerados como de perda possível se referem a trabalhistas de R\$20.272 e fiscais de R\$1.426.597 (R\$77.748 e R\$1.667.374 em 2023, respectivamente). Especificamente para contingências cíveis relacionadas as operações de personal finance é utilizado modelo estatístico, que baseado nos encerramentos dos processos judiciais dos últimos 12 meses, determina de forma massificada a provisão para perdas a ser constituída. Todos os valores já considerando a incorporação do Banco Cetelem S.A..

Baseada nas opiniões de nossos consultores jurídicos, a Administração mantém registradas provisões para passivos contingentes em montante considerado suficiente para fazer face aos riscos decorrentes dos desfechos destes processos.

Com relação ao julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) dos Temas 881 (Recurso Extraordinário nº 949.297) e 885 (Recurso Extraordinário nº 955.227) de repercussão geral, que resolveu, em 8 de fevereiro de 2023, que decisões individuais definitivas (transitadas em julgado) perdem seus efeitos após e caso o STF decida em sentido contrário supervenientemente, confirmamos que, após revisão de decisões individuais definitivas em favor da Instituição no passado, não foi identificada exposição relevante em relação ao tema, sendo que, nenhuma provisão, segundo os preceitos do IAS 37 - Provisões, Passivos Contingente e Ativos Contingentes, foi necessária em 31 de dezembro de 2024 ou em exercícios anteriores.

ii. Provisão para perdas esperadas

As variações nas provisões para perdas esperadas no período de 2024 foram as seguintes:

Saldo final 31/12/2022	7.647
Reversão	(2.109)
Saldo final 31/12/2023	5.538
Reversão	(1.513)
Saldo final 31/12/2024	4.025

23. Outros passivos

A composição do saldo da rubrica Outros passivos ao custo amortizado é o seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Provisões de despesas administrativas	388.021	370.212
Provisão para despesas de pessoal	248.314	246.862
Outros impostos e contribuições a recolher	126.856	147.030
Ajustes de Contrato Futuro	69.457	7.534
Arrendamento Passivo - IFRS 16	50.071	61.960
Transação de pagamento	19.644	57.747
Adiantamento recebido sobre operações de câmbio	447	-
Diversos	29.717	54.551
Total	932.527	945.896
Outros passivos até 1 ano	853.749	827.493
Outros passivos acima de 1 ano	78.778	118.403
Total	932.527	945.896

24. Patrimônio líquido

• Capital

O capital social é representado em 31 de dezembro de 2024 por 236.432 (309.563 em 2023) ações ordinárias sem valor nominal, totalmente integralizadas. BNP Paribas S.A. detém 99,99% das ações do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (BNP Paribas S.A. apresentava 76,38% e Cetelem América Ltda. 23,62% em 2023).

Em 1º de Fevereiro de 2024, o Banco BNP Paribas Brasil S.A incorporou a Cetelem América Ltda., com aumento de capital social de R\$3.414 aprovado pelo Banco Central através do Ofício 10006/2024 - BCB/Deorf/GTSP2.

• Destinação de resultados

Conforme definido no Estatuto do Banco, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos de até 30% sobre o lucro líquido ajustado conforme disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

O prejuízo apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no valor de R\$79.311 (R\$52.948 de lucro em 2023) foi absorvido pela Reserva Estatutária, R\$2.941 em 2023 a título de Reserva Legal, e R\$2.941 em 2023 a título de Dividendos.

• Reserva de lucros

A conta de reserva de lucros do Banco é composta por reserva legal e reserva estatutária. Em 2023 foi destinado R\$135.764 a título de dividendos da reserva estatutária. O Banco não possui outras reservas de lucros.

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores e do estatuto social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normatizadas pelo BACEN, para a reserva legal, e não poderá exceder a 20% do capital integralizado do Banco.



- Conciliação de patrimônio líquido e lucro/prejuízo líquido

As Demonstrações Contábeis Individuais do Banco BNP Paribas Brasil S.A. são elaboradas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) diferentemente destas Demonstrações Contábeis Consolidadas que são elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB). As principais diferenças de critério no patrimônio líquido e lucro / prejuízo líquido são originadas pelo reconhecimento conforme IFRS 9, que dispõe sobre modelo de negócios para reconhecimento de ativos financeiros, provisão para perdas esperadas e comissões diferidas e IFRS 16 que descreve o tratamento para arrendamento mercantil. Totalizando patrimônio líquido de R\$3.704.714 no BRGAAP e R\$3.755.423 no IFRS e prejuízo líquido de R\$79.311 no BRGAAP e R\$144.641 no IFRS.

25. Receitas e Despesas de juros e similares

A composição dos principais itens de receitas e despesas de juros está demonstrada a seguir:

	01.01 a 31/12/2024	01.01 a 31/12/2023
Receitas de juros e similares		
Operações de crédito a clientes	1.460.306	1.380.694
Instrumentos de dívida	1.008.234	870.347
Operações de crédito a instituições financeiras	826.274	1.215.244
Total	3.294.814	3.466.285
Despesas de juros e similares		
Depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras	(986.483)	(1.514.754)
Obrigações por empréstimos e repasses	(863.602)	(733.292)
Títulos de dívida emitidos	(147.714)	(252.091)
Passivos financeiro	(136.684)	(118.343)
Outros	(8.435)	(10.976)
Total	(2.142.918)	(2.629.456)
Total Geral	1.151.896	836.829

A rubrica "Outros" é composta basicamente por despesa de contribuição ao FGC.

A composição dos principais itens das despesas de juros por depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras está demonstrada a seguir:

	01.01 a 31/12/2024	01.01 a 31/12/2023
Despesas de juros por depósitos de clientes e depósitos de instituições financeiras		
Depósito a prazo	597.083	959.427
Operações compromissadas	325.582	380.372
Depósito interfinanceiro	63.818	174.955
Total	986.483	1.514.754

26. Resultado líquido de serviços e comissões

	01.01 a 31/12/2024	01.01 a 31/12/2023
Receitas de serviços e comissões		
Prestação de serviços	104.336	253.593
Taxa de administração	125.520	116.865
Comissões sobre fianças prestadas	81.059	86.130
Outras comissões recebidas	139.102	97.120
Total	450.017	553.708
Despesas de serviços e comissões		
Comissões sobre adiantamentos a fornecedores	(24.288)	(50.737)
Serviços prestados	(165.723)	(72.683)
Comissões sobre fianças pagas	(2.858)	(6.363)
Outras comissões pagas	(50.684)	(25.422)
Total	(243.553)	(155.205)
Resultado líquido de serviços e comissões	206.464	398.503



27. Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros

O Resultado ao valor justo de ativos e passivos financeiros inclui todos os ganhos e perdas relativos aos instrumentos financeiros geridos na carteira de negociação e instrumentos financeiros que o Grupo tenha designado pelo valor justo através do resultado.

	01.01 a 31/12/2024	01.01 a 31/12/2023
Resultado de instrumentos financeiros		
Derivativos	2.075.415	(425.484)
Renda fixa	(357.267)	99.760
Operações cambiais	(987.581)	(143.794)
Outros	9.183	10.418
Total	739.750	(459.100)
Resultado de outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		
Renda fixa	91.554	113.204
Dívida Subordinada	15.951	(88.647)
Operação de crédito	(128.871)	113.957
Outros	-	27.491
Total	(21.366)	166.005
Resultado de derivativos mantidos para gerenciamento de riscos		
Taxa de juros e câmbio	1.026.138	(89.038)
Total	1.026.138	(89.038)
Total Geral	1.744.522	(382.133)

28. Resultado de variação cambial

As variações cambiais demonstram os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional.

	01.01 a 31/12/2024	01.01 a 31/12/2023
Resultado de Variação cambial		
Receita com variações cambiais	1.830.043	614.718
Despesa com variações cambiais	(3.660.352)	(92.484)
Total	(1.830.309)	522.234

29. Resultado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

O Resultado de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes compreende as alterações realizadas no valor justo e dividendos sobre estes instrumentos financeiros.

	01.01 a 31/12/2024	01.01 a 31/12/2023
Resultado de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Títulos públicos	(86.611)	(86.444)
Títulos privados	562	2.526
Cotas de fundos de direitos creditórios	15.481	-
Dividendos/remuneração de ações	108	22
Total	(70.460)	(83.896)

Durante o ano foram transferidas do patrimônio líquido para o resultado o valor de R\$84.237 como ganho (em 2023 R\$146.584 como perda) de alienação de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

30. Outras receitas operacionais

Essa rubrica está assim demonstrada:

	01.01 a 31/12/2024	01.01 a 31/12/2023
Outras receitas operacionais		
Provisões para ações judiciais	76.701	65.252
Reversão de provisão de fianças prestadas	1.513	2.109
Reversão de outras provisões de perdas esperadas	79	123
Recuperação de encargos e despesas	6.675	25.127
Reversão de outras provisões	168.384	62.252
Outras	78.127	20.311
Total	331.479	175.174



31. Despesas de pessoal

A composição da rubrica Despesas de pessoal está demonstrada a seguir:

	01.01 a 31/12/2024	01.01 a 31/12/2023
Despesas de pessoal		
Salários, participação nos lucros e bônus	496.448	451.949
Encargos sociais	133.338	133.473
Outros benefícios dos funcionários	71.976	60.622
Despesas com planos de aposentadoria de contribuição definida	9.826	10.005
Treinamentos	6.193	2.125
Total	717.781	658.174

32. Depreciação e amortização

A rubrica Depreciação e amortização está composta como segue:

	01.01 a 31/12/2024	01.01 a 31/12/2023
Despesa de depreciação e amortização		
Equipamentos de processamento de dados	9.151	8.234
Imobilizado de arrendamento - IFRS 16	14.152	13.538
Ativos intangíveis	16.026	7.733
Veículos	1	19
Outros bens	5.495	2.128
Total	44.825	31.652

33. Outras despesas operacionais

As Outras despesas operacionais estão compostas como segue:

	01.01 a 31/12/2024	01.01 a 31/12/2023
Outras despesas operacionais		
Provisões/Atualizações sobre contingências e riscos	165.419	129.305
Processamento de dados	162.402	119.611
Serviços de terceiros	140.674	127.571
Serviços técnicos especializados	137.204	80.817
Serviços do sistema financeiro	101.731	39.895
Despesas tributárias	73.671	75.218
Comunicação	9.090	10.019
Promoções e relações públicas	7.150	8.611
Viagens	6.417	7.074
Despesas de arrendamentos operacionais	6.105	5.315
Publicação e propaganda e publicidade	2.593	9.211
Transportes	557	584
Outras	155.004	83.499
Total	968.017	696.730

As despesas tributárias, dentre outros tributos não incidentes sobre o lucro, referem-se principalmente a PIS e COFINS.

O saldo da rubrica Despesas de arrendamentos operacionais está resumido no quadro a seguir:

	01.01 a 31/12/2024	01.01 a 31/12/2023
Despesas de arrendamentos operacionais		
Aluguel de imóvel	5.075	4.601
Aluguel de carro	352	420
Aluguel outros	678	294
Total	6.105	5.315



Abaixo apresentamos o total dos futuros pagamentos de locações operacionais:

	<u>Até 1 ano</u>	<u>De 1 a 5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>
Aluguel de imóvel	20.905	83.619	167.238
Aluguel de carro	367	734	1.101
Aluguel outros	678	2.712	6.780
Total 2024	21.950	87.065	175.119
Total 2023	19.504	76.923	57.462

O Grupo aluga diversos imóveis para o uso em suas operações, segundo contrato de locação imobiliária padrão, que normalmente podem ser rescindidos a seu critério e incluem opções de renovação e cláusulas de locação. Nenhum contrato de locação impõe restrições relacionadas a dividendos, contratação de dívidas e arrendamentos adicionais.

34. Despesa de imposto sobre a renda

a. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social fora assim apurada:

<u>Descrição</u>	<u>01.01 a 31/12/2024</u>	<u>01.01 a 31/12/2023</u>
Lucro antes do imposto de renda, contribuição social e juros sobre capital próprio	(171.073)	13.195
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(171.073)	13.195
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (3s)	76.983	(5.938)
<u>Ajustes decorrentes da legislação fiscal:</u>		
Exclusões (adições) permanentes		
Utilização Prejuízo Fiscal - Débito Ágio Cetelem e INSS Autorregularização	(64.424)	-
Juros sobre títulos soberanos externos e dividendos	-	30.302
Despesas indedutíveis, doações e incentivos, e alteração de alíquota CSLL	19.588	26.398
Diferença da alíquota distintas regimes de tributação (lucro presumido)	(5.715)	(5.220)
Total	26.432	45.542
Abertura:		
Impostos correntes	(6.684)	(5.907)
Impostos diferidos	33.116	51.449
Taxa tributária efetiva	15%	-345%

b. Impostos diferidos reconhecidos no resultado abrangente

<u>Descrição</u>	<u>01.01 a 31/12/2024</u>	<u>01.01 a 31/12/2023</u>
Créditos tributários reconhecidos no resultado		
Diferenças temporárias	115.014	143.060
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos	(81.898)	(91.611)
Total IR/CSLL diferido reconhecido no resultado	33.116	51.449
Créditos tributários reconhecidos no patrimônio		
Ajuste ao valor justo dos ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	129.303	(108.936)
Total IR/CSLL diferido reconhecido no patrimônio	129.303	(108.936)

35. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

O Banco na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial BNP Paribas, observa os princípios estabelecidos na Resolução CMN nº 4.557/2017 e pelas suas atualizações publicada pelo Banco Central do Brasil em 23 de fevereiro de 2017, que aprimora, amplia e consolida as regras e procedimentos para Gestão de Riscos e de Capital.

Para os propósitos da gestão integrada de riscos do Grupo BNPP são considerados como riscos relevantes os riscos listados na normativa vigente e, adicionalmente, os riscos materiais identificados durante o processo de identificação de riscos:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional
- Risco de juros na carteira bancária
- Risco socioambiental



Risk GSA (Governance & Strategic Analysis) é o time responsável pela gestão transversal de riscos. Atua como área facilitadora e exerce a função de secretariado do RiskCo (Comitê de Riscos Integrados do Conglomerado Prudencial), comitê para o qual também consolida, avalia e sugere itens relevantes para análise e discussão.

b. Risco de crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas a: não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização em instrumento financeiro decorrente da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. Como contrapartes consideram-se o tomador de recursos, o garantidor e o emissor de título ou valor mobiliário adquirido. No Banco BNP Paribas, o risco de crédito é monitorado por duas áreas globais de gerenciamento de risco de crédito: RISK Corporate para clientes corporativos, e RISK Markets and Financial Institutions ("RISK MFI") para clientes institucionais. A área de RISK Corporate atua de acordo com as políticas e procedimentos globais de crédito do Grupo BNP Paribas, e tem presença em São Paulo, com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil, em relação com sua responsabilidade por avaliar a interpretação e a implantação das normativas locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites monitorados no Comitê de Riscos. RISK MFI segue os mesmos princípios da área de RISK Corporate.

Exposição consolidada ao risco de crédito:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado		
Instrumentos de dívida	10.504.238	14.548.317
Derivativos	4.982.752	5.330.713
Operações de crédito a instituições financeiras	734.496	5.089
Operações de crédito a clientes	1.512.431	3.864.954
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Instrumentos de dívida	1.297.360	1.415.498
Operações de crédito a instituições financeiras	478.619	313.641
Operações de crédito a clientes	11.001.495	8.716.477
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		
Instrumentos de dívida	5.861.718	3.973.798
Garantias prestadas ("off balance")	13.574.704	12.533.494
Exposição bruta	49.947.813	50.701.981
Provisão "impairment" - Garantias prestadas e Operações de crédito	(196.635)	(608.040)
Exposição líquida	49.751.178	50.093.941

Apresentamos abaixo uma análise das concentrações de risco de crédito por setor na data de balanço:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Governo	11.660.559	17.217.066
Indústria	4.112.352	2.889.783
Comércio	802.167	425.898
Instituição financeira	7.727.807	6.045.074
Outros serviços	25.370.657	19.648.864
Pessoa física	274.271	4.475.296
Exposição bruta	49.947.813	50.701.981
Provisão "impairment" - Estágio 01	(16.964)	(83.499)
Provisão "impairment" - Estágio 02	(3.586)	(29.393)
Provisão "impairment" - Estágio 03	(176.085)	(495.148)
Exposição líquida	49.751.178	50.093.941

Do total da exposição líquida consolidada ao risco de crédito as operações vencidas compreendem:

Operações de crédito a clientes - Adiantamento de Contrato de Câmbio e Outros empréstimos		
Até 60 dias	3	820
Acima de 60 dias	501.480	169.991
Garantias prestadas ("Off balance")		
Até 60 dias	86.540	35.167
Acima de 60 dias	20.331	15.869
Total de operações vencidas	608.354	221.847

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve recuperação de crédito baixado como prejuízo no valor de R\$19.757 (R\$9.333 em 2023). Em 2024 existiam contratos renegociados no valor de R\$2.132.356 (R\$1.283.627 em 2023).



c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento da liquidez do conglomerado é feito pelo Comitê de Ativos e Obrigações (Assets and Liabilities Committee) denominado ALCO. A área de negócios responsável por operacionalizar as decisões do ALCO é a ALM Treasury (ALMT) baseada em São Paulo com reporte hierárquico ao Head do Território. A área responsável pelo monitoramento do risco de liquidez globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ALMT. Tem presença em São Paulo com uma equipe reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por opinar na interpretação e na implantação de exigências oriundas de regulações e normativos locais relacionados a risco de liquidez e pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de liquidez monitorados no Comitê de Riscos. Essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócio.

Prazos contratuais remanescentes de passivos financeiros

Os valores reportados refletem os fluxos de caixa contratados não descontados e portanto, podem diferir daqueles constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

PASSIVO	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Saldo em 31.12.2024	Saldo em 31.12.2023
Passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado							
Passivos financeiro	1.882.801	1.108.224	2.615.370	1.036.229	2.427.794	9.070.418	11.404.281
Derivativos	566.333	707.541	1.111.722	1.754.717	447.165	4.587.478	2.756.135
Obrigações por empréstimos e repasses	1.268.180	1.345.052	5.891.015	442.655	-	8.946.902	7.296.715
Títulos de dívida emitidos	11.736	29.153	80.950	566.438	4.449	692.726	554.596
Depósitos de clientes	371.380	-	-	-	-	371.380	489.979
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado							
Depósitos de instituições financeiras	1.696	49.906	551.182	2.541	-	605.325	1.532.296
Depósitos de clientes	5.800.828	2.187.563	3.118.444	292.951	120.752	11.520.538	11.969.586
Títulos de dívida emitidos	-	-	83.331	1	4.880	88.212	753.354
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	19.938	1.215.344	-	1.235.282	2.268.485
Total	9.902.954	5.427.439	13.471.952	5.310.876	3.005.040	37.118.261	39.025.427

Deste montante, R\$9.898.659 (em 2023 R\$11.056.794) referem-se a CDB e Derivativos e podem sofrer resgates antecipados.

d. Risco de mercado

O risco de mercado pode ser definido como a variação no valor dos ativos financeiros que possam gerar perdas para instituição decorrentes da variação de parâmetros de mercado tais como cotações de câmbio, ações, commodities, taxas de juros e indexadores como os de inflação por exemplo. As atividades de negociação (trading) do Conglomerado são baseadas em uma abordagem voltada a intermediação e a formação de mercado para o cliente, aproveitando-se da presença global nas atividades com clientes Corporate e Institucionais, em conformidade com todas as leis e regulamentações, incluindo normas francesas (French Banking Law) e norte-americanas (Volcker Rule). O Conglomerado procura manter um nível de risco de mercado adequado com o modelo de negócios voltado ao cliente e restringe continuamente o nível de perda máxima por risco de mercado em um cenário de estresse. O Conglomerado tem também como objetivo a proteção contra incertezas na valorização de produtos complexos e de baixa liquidez, dado que esse tipo de risco é sensível em relação às mudanças na economia, tem limitada margem de manobra para mitigação e provavelmente um alto custo para sair da posição. Consequentemente, o Conglomerado procura garantir que os portfólios formados por instrumentos complexos tenham um nível de investimento gerenciável e uma concentração limitada.

Segue abaixo os valores de exposição (RWA) segregado por risco de mercado:

	31/12/2024	31/12/2023
Fator de risco		
Risco relacionados a taxas de juros prefixadas em reais	982.019	1.618.757
Risco relacionados a variação das taxas dos cupons de moedas estrangeiras	3.565.454	2.663.354
Risco relacionados a variação da taxa dos cupons de índices de preços	979.523	344.449
Risco relacionados a "commodities"	21.291	13.861
Risco relacionados a preço de ações da carteira de negociação	32.651	4.067
Risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos e passivos sujeitos a variação cambial	1.381.009	460.513
Ajuste para derivativos decorrente de variação de qualidade creditícia da contraparte (CVA)	1.932.885	1.504.076
Exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros na carteira de negociação	712.048	-
Total	9.606.880	6.609.077



e. Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, bem como eventos externos. Inclui-se, também, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco BNP Paribas Brasil, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo banco. A área responsável pelo monitoramento do risco operacional globalmente no Grupo BNP Paribas é o RISK ORM (Operational Risk Management). Tem presença em São Paulo com um time reportando hierarquicamente ao responsável regional baseado em Nova York, que avalia e define a remuneração dos funcionários da área. Localmente essa área reporta também ao CRO do Conglomerado Prudencial BNP Paribas Brasil e é responsável por avaliar a interpretação e a implantação de normas do Grupo e normativos locais, bem como pelo acompanhamento das métricas e limites de risco de mercado monitorados no Comitê de Riscos. Da mesma forma como acontece com os demais riscos do BNPP, essa organização reforça a independência da área de monitoramento de risco em relação às linhas de negócios.

As diretrizes gerais de controles internos são definidas pelo Comitê de Controles Internos, denominado ICC (Internal Controls Committee), que também monitora a efetiva implantação das políticas.

Os principais riscos identificados pela área de RISK ORM e reportados em ICC, acompanhados nos fóruns de risco operacional por linhas de negócio e no fórum transversal de risco operacional (Primeira linha de defesa), também são monitorados no Comitê de Riscos do Conglomerado Prudencial, através de métricas e limites definidos na Declaração de Apetite por Riscos, RAS (Risk Appetite Statement).

f. Risco de Juros na Carteira Bancária

O risco de taxa de juros na carteira bancária (IRRBB) é o risco de que os resultados futuros possam ser impactados adversamente pelo nível das taxas de referência.

O Conglomerado BNP Paribas Brasil mensura o IRRBB através de:

- Métricas internas de RAS (métricas Pilar II);
- Métricas padronizadas, conforme exigido na Circular 3.876 (métricas Pilar I).

g. Risco Socioambiental

Introdução

A primeira missão do Grupo BNP Paribas globalmente é ser um parceiro responsável e de longo prazo de seus clientes. Para esse fim, adota como princípios fundamentais a realização de uma gestão integrada de seus riscos e a observância à estrita ética nos negócios.

A Carta de Responsabilidade BNP Paribas, assinada pelo Presidente do Conselho de Administração e pelo Presidente Executivo do Grupo BNP Paribas no mundo, é o documento institucional que formaliza os compromissos, simbolizados por quatro grandes pilares: a responsabilidade econômica, social, cívica e a ambiental. Eles se aplicam a todas as unidades de negócio do Grupo BNP Paribas ao redor do mundo.

Tendo a Carta de Responsabilidade como diretriz, cada unidade de negócio pode construir políticas específicas, atendendo às peculiaridades da legislação local.

A presente Política de Responsabilidade Socioambiental (“Política” ou “PRSA”) reflete as diretrizes da Carta de Responsabilidade BNP Paribas, ajustadas às peculiaridades da legislação socioambiental brasileira. Esta Política se aplica aos negócios e atividades desenvolvidos neste país pelo BNP Paribas Brasil, que compreende o Banco BNP Paribas Brasil S.A. e a BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.

h. Gerenciamento do capital

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento do Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado;
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado;
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado;
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital;
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos;
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz);
- Enviar para aprovação ou ao conhecimento da Diretoria Estatutária quaisquer fatos que os membros julgarem relevantes bem como os requisitos regulatórios que necessariamente devem passar pela Diretoria Estatutária.



CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Patrimônio de Referência		
Nível I	4.379.829	4.755.484
Capital Principal	3.093.110	3.716.536
Capital Complementar	1.286.719	1.038.948
Nível II	1.178.457	901.210
Total (Nível I + Nível II)	5.558.286	5.656.694
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	24.356.005	22.570.349
De Mercado	9.606.880	6.609.078
Operacional	3.291.573	3.733.617
Ativos ponderados pelo risco	37.254.458	32.913.044
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.911.718	3.455.870
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	1.646.568	2.200.824
Índice da Basileia (PR/RWA)	14,9%	17,2%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	8,3%	11,3%
Índice do Nível I (NI/RWA)	11,8%	14,4%

36. Partes relacionadas**a) Transações com partes relacionadas**

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado. As operações entre as empresas incluídas na consolidação (nota explicativa 3a) foram eliminadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo se traduzem conforme quadro abaixo:

Descrição	<u>31/12/2024</u>		<u>31/12/2023</u>	
	<u>Ativo/ (Passivo)</u>	<u>Receita/ (Despesa)</u>	<u>Ativo/ (Passivo)</u>	<u>Receita/ (Despesa)</u>
Caixa e equivalentes de caixa e Operações de crédito a instituições financeiras	2.100.460	119.724	1.035.905	372.125
BNP Paribas - Paris	1.948.186	119.724	1.001.256	42.739
Grupo BNP Paribas	152.274	-	34.649	329.386
Derivativos a Receber / (a pagar)	222.869	(207.362)	179.674	413.774
BNP Paribas - Paris	(175.940)	(163.264)	67.806	6.050
Grupo Arval	(12.342)	(10.862)	-	-
Grupo BNP Paribas	411.151	(33.236)	111.868	407.724
Operações de crédito a clientes	414.229	145.661	303.744	22.281
Grupo Arval	413.084	27.310	149.940	20.754
Grupo BNP Paribas	(72.737)	118.351	69.527	1.527
Grupo CARDIF	73.882	-	84.277	-
Depósitos de instituições financeiras / Clientes	(94.102)	(6.444)	(284.249)	(25.251)
BNP Paribas - Paris	(6.894)	(821)	(60.103)	-
Cetelem America Ltda	-	-	(35.621)	430
Grupo Arval	(111.914)	(4.282)	(17.893)	(8.563)
Grupo BNP Paribas	(1.270)	(42)	(147.160)	(16.167)
Grupo CARDIF	(1)	-	(2)	-
Grupo Cetelem	25.977	(1.299)	(23.470)	(951)
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Pagar	-	-	(2.942)	-
BNP Paribas - Paris	-	-	(2.247)	-
Cetelem America Ltda.	-	-	(695)	-



Descrição		31/12/2024		31/12/2023	
		Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Obrigações por empréstimos e repasses		(10.706.144)	(2.623.220)	(9.461.113)	(816.258)
BNP Paribas - Paris	Controladora	(10.077.995)	(2.225.825)	(9.430.184)	(852.577)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(628.149)	(397.395)	(30.929)	36.319
Ativos / Passivos financeiros designados ao valor justo através do resultado		(3.301.243)	(929.826)	(2.006.183)	77.143
BNP Paribas - Paris	Controladora	(3.301.297)	54.835	(2.000.285)	69.279
Grupo Arval	Parte Relacionada	54	230	-	56
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	(984.891)	(5.898)	10.886
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	-	-	(3.079)
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	-	-	1
Outros Ativos financeiros		70.720	40.763	293.826	91.486
BNP Paribas - Paris	Controladora	41.515	1.419	263.747	72.119
Grupo Arval	Parte Relacionada	1.819	1.001	1.531	896
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	15.570	34.131	19.282	13.352
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	8.250	3.669	7.652	4.539
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	3.566	543	1.614	580
Outros Pasivos		(71.908)	-	(154.116)	-
BNP Paribas - Paris	Controladora	(61.634)	-	(137.221)	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(10.274)	-	(16.895)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco, Instituição líder, é administrado por uma Diretoria. De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a Diretoria será composta por um Diretor Presidente e Diretores sem designação específica. A remuneração atribuída aos Diretores no exercício que representam benefícios de curto prazo foi de R\$37.795 (em 2023 R\$29.965), benefícios de longo prazo de R\$8.476 (em 2023 R\$3.496) e não existem benefícios pós empregos e remuneração em ações.

37. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

CONTADOR

Marcelo Marques Sellan - CRC 1SP213451/O-8



São Paulo

Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1909 | Torre Sul - 10º andar

São Paulo / SP | CEP: 04543-907

+55 11 3841-3100 | +55 11 2360-3100



BNP PARIBAS

O banco
para um mundo
em mudança